

DOIS GRANDES PERÍODOS DA CONCEPÇÃO DE IDEOLOGIA

Dirceu Cleber Conde

Introdução

Tentarei ser conciso neste texto ao abordar uma questão em constante debate entre filósofos, lingüistas, antropólogos, psicanalistas e outros estudiosos, ora com mais ou menos propriedade: a *ideologia*. Trata-se de um assunto muito controverso tanto no senso comum, quanto no meio acadêmico e envolvido em uma rede de conceitos estereotipados por meio de vieses partidários, políticos, científico-metodológicos. A ideologia é entendida – entre as múltiplas formas que os cientistas têm de vê-la em diferentes momentos históricos – como pensamento dominante, conjunto de idéias, ou como consciência de classe; ou tomada como prática diária que embriaga e constitui o sujeito tal como ele é. Muitas são as maneiras de ver a ideologia, mas nem por isso podemos cair na inocência de simplesmente rechaçar aquelas que não nos convêm sem no mínimo as conhecer ou ter uma alternativa para elas.

Dada a complexidade deste assunto e os vários teóricos que nele se aventuraram, decidi fazer um recorte histórico, que é do conhecimento de muitos entendidos no assunto, delimitando o que se chama de *dois grandes períodos* no conceito de ideologia: o primeiro que contempla a ideologia como consciência e o segundo em que é tida como prática inconsciente. Tomarei como objeto de minha resenha o texto *Ideologia – uma introdução* (1997), de Terry Eagleton – em que o autor aborda os seguintes nomes, entre outros: Georg Lukács, Antonio Gramsci, Louis Althusser. Esta tríade representa os expoentes dos dois períodos, mas há outro fator que me leva a adotar estes nomes: a importância de suas teorias na formação de um conceito de ideologia, que considero adequado na sua compreensão, capaz de dar uma interpretação cabível do fenômeno lingüístico que tenho procurado interpretar.

Vamos ter quatro partes neste trabalho: primeiro, vou abordar a ideologia enquanto consciência conforme Lukács; em segundo lugar: a idéia de hegemonia conforme Gramsci; em terceiro: o conceito de ideologia de acordo com Althusser; por último, encerro com algumas especulações sobre a utilização de advérbios e locuções adverbiais na introdução de textos dissertativos de alunos do segundo grau e a relação desse uso com um possível fechamento de sentido mediante uma formação discursiva (formação ideológica).

1. A primeira fase – Luckács

Como disse na introdução, a ideologia tem duas fases principais: **a primeira fase** mostra-se com um conceito de ideologia a partir de uma consciência/visão-de-mundo e o principal expoente desse período – além do próprio Karl Marx – é o marxista húngaro Georg Lukács. Já **a segunda fase** propõe a

ideologia como uma *prática social*, na qual se destacou Antonio Gramsci e Luis Althusser, tendo, é claro, cada uma sua peculiaridade, mas que se construíram sob a ótica da prática.

Começemos por Marx. Quando ele fala de ideologia, sustenta a concepção de que ela é uma visão distorcida da realidade (cf. Chauí, 1980), ou seja, como um espelho que inverte a nossa visão da realidade, de modo que a achamos justa, p. ex.: a existência da mais valia e outras práticas da sociedade capitalista, que formam um todo “coerente”. Nada mais natural que o dono dos meios de produção comprar a mão-de-obra que está sendo ofertada por um preço baixo. Podemos identificar, nessa forma de distorção da realidade, o velho chavão “o trabalho dignifica o homem” como um operador da mascaração da realidade, em que o homem se vê obrigado a vender sua força de trabalho a preços muito inferiores e acredita estar sendo justo e honesto para consigo e para com a sociedade. Na teoria de Marx (cf. Eagleton, 1996), a ideologia é um operador que atua na consciência e transforma a realidade objetiva em uma imagem, segundo os interesses da classe dominante, assim, só existe uma ideologia para ele, e é a da burguesia.

É claro que para Lukács toda essa visão simplifica um pouco a maneira de enxergar a ideologia. Se para Marx ela é monopolar, para Lukács ela é bipolar, está tanto na burguesia quanto no proletariado. A ideologia para ele é uma força, que opera no âmbito da falsa ou verdadeira consciência. De maneira que a verdadeira consciência é a constituída pelo proletariado, que devido ao seu lugar desprivilegiado na malha social, consegue contemplar a si mesmo e seu papel de explorado. Ao contrário, a burguesia possui uma falsa consciência da realidade, porque manipula um pensamento parcial no sentido de mascarar as relações de exploração; a essa visão que a burguesia tem, Lukács dá o nome de consciência **reificada**:

O proletariado, afirma ele [Lukács], é uma classe potencialmente 'universal', já que carrega consigo a emancipação potencial de toda a humanidade. Sua consciência, assim, é universal em princípio; mas uma subjetividade universal é, na verdade, idêntica à objetividade. Portanto, o que a classe operária conhece a partir de sua própria perspectiva histórica deve ser objetivamente verdadeiro. (Eagleton, 1997: 91)

É importante ressaltar que se tratando de falsa ou verdadeira consciência, não estamos operando com valores absolutos de verdade, porém com a falsidade daquilo que não pode ser universalizado. “Assim, a ideologia é para Lukács não exatamente um discurso infiel à maneira como as coisas são, mas fiel apenas de uma maneira limitada”, superficial, ignorando suas tendências e ligações mais profundas. E este é outro sentido em que, ao contrário da opinião difundida, para ele, “a ideologia não é falsa consciência no sentido de simples erro ou ilusão.” (idem, p. 94)

Um dos principais problemas que Eagleton levanta na crítica que faz ao modelo lukácsiano é a recorrência da crença em um essencialismo da consciência (modelo visão-de-mundo), através da **reificação** da economia, da cultura, educação etc. Isto reduz a burguesia a “um conjunto de ‘expressões’ de reificação cuidadosamente superpostas” (idem). A visão de Lukács homogeneiza os elementos de determinada classe, colocando-os em um mesmo nível de consciência. Esta resistência ao fator homogeneidade é marcante em Eagleton, que prefere ver as coisas como uma colcha de retalhos. De minha parte, acredito existir uma tensão entre a homogeneização e individualização e que há realmente algo em comum no discurso de determinada classe, o que não quer dizer que o conjunto de burgueses, ou de operários, pense da mesma forma. A leitura do resenhista inglês

sobre Lukács é como se este dissesse que todo o burguês pensa da mesma forma e que todo o operário também. Na prática, nós podemos entrever que isso não se aplica.

Podemos exemplificar, trazendo tal teoria para o momento político brasileiro, dizendo que o PFL (Partido da Frente Liberal) e que o PSDB (Partido da Social Democracia Brasileira) não têm diferenças e por comporem a cúpula do governo compartilham da mesma consciência de classe, e por representarem uma grande parcela da burguesia brasileira têm também a mesma visão reificada da situação. Podemos observar que desde 1994, quando a atual gestão assumiu, por momentos ocorreram crises entre os dois partidos, mas a mesma configuração se manteve com as mesmas características.

Para concluir este tópico, lembremos que para Lukács a ideologia é quase que uma força “espiritual”, como observa Eagleton, e que essa força se revela para a revolução e depende da formação da consciência de classe proletária para imprimir as transformações. A ideologia passa a ser mais uma força abstrata que uma prática. Um fato que Eagleton não observou é característica marcante de uma concepção **prescritiva** de ideologia como elemento transformador. Mais adiante veremos que uma ideologia não pode ser prescritiva, mas analisável através das práticas que a evidenciam. Por isso, o modelo da consciência não pode dar conta de todos os fenômenos sociais, haja vista que o cidadão comum, seja ele um rico industrial ou um operário, age de forma independente, sem consultar sua “consciência ideológica”. De tal forma, que a decisão de um empresário de baixar o salário significa aumentar os lucros ou cortar despesas, sem um propósito de luta contra o operário, porque essa atitude ilustra a prática defendida e justifica por discursos exteriores (globalização, terceirização, altos impostos etc.), que não fazem parte de uma consciência como tal.

2. Um momento de ruptura – Gramsci

A ruptura com a forma essencialista da consciência dá-se com o italiano Antonio Gramsci. Ele vai utilizar o termo **hegemonia** significando o fim último de uma ideologia, pois a hegemonia não se reduz à ideologia. O que vem a ser a hegemonia? Quem responde é Eagleton: “Gramsci normalmente usa a palavra hegemonia para designar a maneira como um poder governante conquista o consentimento dos subjugados a seu domínio – apesar de, é verdade, empregar o termo ocasionalmente para designar conjuntamente o consentimento e a coerção.” (idem, p. 105) Construindo uma visão que privilegia a prática – enquanto luta hegemônica – ao invés de um conglomerado de idéias que reificam a realidade, Gramsci dá o primeiro passo em direção a uma descrição do que vem a ser o mecanismo ideológico na sociedade. Isso ainda não o isenta de uma certa tendência prescritiva ao falar do *intelectual orgânico* e seu trabalho de conscientização das massas.

Contudo tem o seu mérito em não homogeneizar as classes sociais como fez Lukács. O que vale dizer – aproveitando o exemplo já dado, sobre a conjuntura política brasileira – que a luta pela hegemonia de classe foi que permitiu à direita e ao centro (PFL e PSDB, respectivamente) se unirem para alcançar o governo brasileiro em várias instâncias e principalmente na federal. Podemos resumir nas seguintes palavras: “A hegemonia, então, não é apenas um tipo bem-sucedido de ideologia, mas pode ser decomposta em seus vários aspectos ideológicos, culturais, políticos e econômicos. A ideologia refere-se especificamente à maneira como as lutas pelo poder são levadas a cabo no nível da significação (...).” (idem, p. 106)

Reconhecidamente, Gramsci vê que o fim hegemônico não existe apenas na classe dominante, mas que

está também dentro de toda a classe que quer ascender ao poder, como seria o caso do proletariado através da luta pelo socialismo. O que quer dizer que não temos mais uma questão de reificação, mas verdadeiramente a luta de classes pelo poder e, conseqüentemente, um conjunto de fatores culturais e políticos que vão formular a nova ordem. Mais uma vez podemos observar que não é uma consciência que transforma a sociedade, mas a prática que é gerenciada pelo papel do intelectual orgânico na transição de um sistema de produção para outro. Enquanto Lukács é “vago” em descrever como a consciência empírica (aquela que dava a visão universal ao proletariado) tem de se transformar em consciência do possível (aquela que revoluciona), Gramsci dá a resposta através do intelectual orgânico. Assim, Eagleton resume o papel dessa personagem:

O intelectual orgânico, assim, provê o vínculo ou pivô entre a filosofia e o povo, versado na primeira, mas ativamente identificado com o segundo. Seu objetivo é construir, baseado na consciência comum, uma unidade ‘cultural-social’ na qual as vontades individuais normalmente heterogêneas são fundidas na base de uma concepção comum do mundo. (idem, p. 110)

Em suma, o marxista italiano conseguiu dar um importante passo na direção da percepção de ideologia, tomando-a enquanto prática. É este o eixo principal da nossa atual concepção de ideologia, contemplando um vasto campo do conhecimento do homem, podendo dar espaço para a questão discursiva – o nosso alvo.

3. Ideologia, a prática – Althusser

Tentarei fazer uma abordagem no mínimo equilibrada, considerando que sou partidário de alguns pensamentos de Louis

Althusser, porque sua noção de ideologia dá conta no meu entendimento de muitos aspectos do fenômeno discursivo. Devo lembrar que esse teórico francês não é muito bem quisto principalmente por Terry Eagleton, uma vez que este não concorda com Althusser por achá-lo anti-humanista.

Althusser consegue formular uma teoria coerente da ideologia a partir da visão de Gramsci e do psicanalista Jacques Lacan, conciliando a prática ideológica ao processo de formação do sujeito. A prática em Althusser não ocorre de maneira prescritiva como propõe Gramsci ao falar dos intelectuais orgânicos, mas trata-se de uma prática que ocorre na sociedade e de forma inconsciente. De tal maneira que a própria revolução socialista não ocorre como algo pré-determinado, por um conjunto de pensadores.

Para Althusser, toda ação, inclusive a insurreição socialista, é levada a cabo na esfera da ideologia (...), é apenas a ideologia que empresta ao sujeito humano a coerência ilusória, provisória, suficiente para que se torne um agente social prático. Do ponto de vista sombrio da teoria, o sujeito não tem absolutamente nenhuma autonomia ou consistência: é meramente o produto 'excessivamente determinado' desta ou daquela estrutura social. (idem, p. 128)

O adjetivo "sombrio" talvez tenha sido exagerado, na verdade, Althusser propõe que o sujeito enquanto indivíduo totalmente subjetivo (tudo que faz ou fala pertence somente a ele) é uma ilusão necessária. Não quer dizer que toda a vontade do ser humano está apagada, mas que suas vontades não nasceram exclusivamente deles (esse é o sonho romântico do subjetivismo), ou seja, não somos totalmente inéditos, tampouco autômatos seguindo um programa.

Ora, então o que chama um indivíduo a ser sujeito? É o processo de **interpelação**. É através desse processo que o sempre-já sujeito é constituído como sujeito. Por isso é que o homem é um “animal ideológico” (Pêcheux, 1996), pois é possível diferenciar o ser humano dos demais animais, pela sua propriedade de poder criar um campo simbólico que lhe dá a ilusão de essência em si. Na verdade, Terry Eagleton critica o fato de a teoria de Althusser ter um caráter pré-determinado no sentido de que o homem nasce em determinado discurso que o reproduzirá como uma máquina. Não é bem assim. Dentro de um conjunto social, existe uma infinidade de discursos, consideradas suas nuances, de tal sorte que o sujeito interpelado por eles pode ou não assumir (consciente ou inconscientemente) um desses discursos que estão na vitrina. Ora, a configuração de como um discurso entrecorta o outro é que produzirá concepções ou “visão de mundo” no sujeito, também a maneira como o sujeito vai acomodar esses discursos em sua consciência passa a ser um elemento de subjetividade, não completa é claro. Apesar de ser multifacetado, o discurso tem um **tronco** comum. Por exemplo, por mais divergências e heterogeneidades que existam entre representantes de direita e centro, uma coisa é indiscutível: o direito à propriedade privada é sagrado.

Althusser propõe também que o erro – entendido como ilusão – é o de o homem acreditar que é sujeito: “O que é reconhecido erroneamente na ideologia não é primeiramente o mundo, já que a ideologia para Althusser não é absolutamente uma questão de deixar de conhecer a realidade. A interpretação errônea em questão é essencialmente um auto-reconhecimento errôneo, que, na verdade, é um efeito da dimensão ‘imaginária’ da existência humana.” A dimensão imaginária é a que

representa as relações entre os seres humanos não da forma real, mas através de imagens que se criam nessas relações.

O processo de interpelação é muito importante na criação de ilusão de sujeito, de tal forma que é através dele que a sociedade “reconhece” o sujeito (como o fato de ser chamado pelo nome, ou um conativo na rua; p. ex.: - Ei você!), este por sua vez, identifica-se como integrante da sociedade, de tal forma que ele não concebe a sociedade sem a sua existência. A dura verdade que deve ser escondida – Eagleton reconhece o mérito da teoria – é que a sociedade não necessita de um ser específico portador do que chamamos identidade, mas de qualquer um que possa cumprir determinada função com eficiência. A ideologia esconde a desimportância do sujeito qualquer para que ele seja motivado a ocupar seu espaço. Por outro lado, há um problema que depõe contra a teoria de Althusser: como o sujeito reconhece aquele que o interpela como sujeito? É difícil responder a esta questão sem cair numa cilada lógica. A resposta seria que o sujeito é sempre-já sujeito, o que faz pressupor que ele existe antes mesmo de seu nascimento, desde o ventre. É outra questão, como o sujeito se reconhece como tal e reconhece o outro? Seria necessário existir um terceiro sujeito maior, pré-existente. E quem interpelou esse sujeito maior para que fosse como tal? *Grosso modo*, representamos aqui as dúvidas que rondam a teoria. Admito que a resposta para essas dúvidas não as tenho, mas eu gostaria de apontar para alguma saída: admito que realmente existe um sujeito sempre-já-lá só à espera de um preenchimento e que é criado por um sujeito maior que é o próprio processo ideológico, faz parte da estrutura de qualquer sociedade, onde há ajuntamento humano lá estarão estruturas de poder e ideologia.

É claramente impossível formular uma teoria perfeita sobre este assunto tão controverso. Mas seria muito radicalismo

reduzir o pensamento althusseriano como fez Eagleton, haja vista, a ruptura que ocasionou e vem ocasionando no seio do pensamento filosófico. Todavia, apesar dos problemas, há saídas dentro do sistema apresentado. É claro que toda essa controvérsia da existência de um terceiro sujeito poderia ser dirimida com a questão das instituições (estado, escola, igreja), ou seja, os *Aparelhos Ideológicos do Estado* (AIE) (Althusser, 1970) na formação do sujeito, os quais são esquecidos por Eagleton no momento em que discute o problema da teoria. Ora, fica fácil descobrir de onde vem a interpelação e como se reconhece como sujeito esse primeiro interpelador: os AIE são justamente lugares onde se dão a reprodução/transformação das relações de produção (cf. Pêcheux, 1996), de tal maneira que os comunistas acreditavam que tomar o Poder e sua máquina estatal – uma parte dos AIE – era necessário para revolucionar os meios de produção. Por isso grupos, sob a sigla de organizações como partidos, instituições, procuram alcançar a hegemonia.

Outro fator a ser considerado é que, nessa visão, a ideologia não tem história e é eterna, isso lhe confere o caráter de estrutura presente e perene, como elemento essencial para o funcionamento da sociedade, porque acomoda os sujeitos em seus papéis, mesmo que essa sociedade não seja dividida em classes: ela [a ideologia] é “indispensável, em qualquer sociedade, para que os homens sejam formados, transformados e equipados para reagir às exigências de suas condições de existência.” (Althusser, apud Eagleton 1997 : 136). Portanto, em sua aparência, o pensamento de Althusser parece pré-determinador, talvez porque a própria sociedade queira suscitar esse sentimento em nós, mas uma coisa é certa: a sociedade convoca os seres humanos para desempenhar um determinado papel e sua individualidade é respeitada para que esse indivíduo acredite ser importante e possa ter o mínimo de vontade para ser sujeito.

Para concluir esta parte, devo explicar porque vou adotar a teoria althusseriana. Prefiro assumir essa posição teórica de sujeito interpelado/assujeitado pela sociedade para compreender fenômenos que possuem uma abrangência coletiva e que poderemos comprovar na última parte deste estudo, também porque a teoria que acabamos de comentar é a que se enquadra melhor para explicar os fenômenos que transparecem na linguagem, como veremos adiante.

4. Uma possível aplicação

Para ilustrar como a teoria da ideologia de Althusser pode ajudar na compreensão de fenômenos da linguagem, vou me remeter a um artigo que escrevi a respeito de um problema muito evidente em textos de alunos do segundo grau e cursos pré-vestibulares: os clichês¹. Constatei nesse estudo que num universo de textos, aproximadamente 80% dos textos dissertativos tinham no primeiro parágrafo – quando não na primeira linha – as expressões *atualmente, hoje em dia, no Brasil* e outras expressões com a mesma característica de adjunto adverbial indicando a atualidade e o espaço social brasileiro. Os alunos tiveram como texto base para escreverem seu texto o seguinte fragmento:

A lição de Peterossi

Tenente-coronel da polícia fala escancaradamente aquilo que todo mundo sabe: prisão no Brasil é coisa para os três "pês": pobre, preto e prostituta.

Luiz Alcade

Não é somente nas rampas de Brasília ou nas altas rodas da sociedade que a impunidade deixa suas marcas. Em pequenas cidades, os poderosos locais fazem suas próprias leis. O caso de uma adolescente que dirigia sem habilitação serviu para desnudar a máscara da impunidade que não é utilizada somente pelos Ségios Nayas da vida.

A jovem era sobrinha do prefeito, o que significou para os três policiais que cumpriam seu dever ao autuar a moça, uma punição (...) Os policiais Ariovaldo Orlandine, Luis Antonio Siqueira e Gilmar Aparecido Ramos gravaram a conversa com o tenente-coronel Antônio Peterossi, comandante da polícia militar de Bragança Paulista, interior de São Paulo:

"Prisão é para quem? Para preto e pobre. Eu quero que vocês compreendam. Não é para tratar todos iguais." (Tenente-coronel Antônio Peterossi. Revista "Isto É" de 18/3/98).

O tema central deste fragmento é a impunidade, ou seja, dois pesos e duas medidas na aplicação da lei, demonstrando que poderosos e influentes não são punidos, enquanto aqueles que não dispõem de recursos ou de influência pagam rapidamente por suas infrações. Ora, tal fato não é nenhuma novidade em nossa sociedade e nem exclusiva dela. Por que então os alunos construíam seus textos a partir de tais expressões como as que se seguem nos exemplos abaixo?

"Existem hoje em dia pessoas na sociedade brasileira que por ocuparem cargos superiores não seguem as leis como devem ser seguidas e são acobertadas em seus crimes."

"Atualmente a impunidade no Brasil está gerando graves problemas para a sociedade, tais como: menores dirigindo sem carteiras, e talvez por um parentesco relacionado com a política, principalmente exercendo um cargo, nada ocorre com essa pessoa."

"A impunidade nunca esteve tão grande no Brasil. Hoje só são punidos os conhecidos por 'ladrões de galinha', ou seja, as pessoas 'fracas' de poder na sociedade, enquanto que as mais poderosas dão um jeitinho aqui outro ali e se livram do problema."

[Todos sem grifo no original]

Tenho a seguinte hipótese: existe um discurso predominante que apaga o passado histórico do Brasil e pressupõe como tempo verdadeiro apenas o atual. E essa visão de atualidade deixa transparecer a banalização que a mídia – considero a mídia um AIE – provoca no indivíduo, uma vez que

um “escândalo” é facilmente encoberto por outro. Então a necessidade de sempre se demarcar o tempo e o espaço mais próximos ou mais recentes.

Assim, o sujeito interpelado se propõe a tomar seu espaço discursivo e firmar-se como indivíduo pensante – criando uma determinada imagem – porque considera o problema pelo viés da atualidade (falsa originalidade) e como uma aberração instantânea em nossa sociedade e particularmente dela. Nesse momento de enunciação, em que o autor se julga fonte do discurso, ele não está sendo original, mas mais um sujeito interpelado por uma força maior a acreditar em determinado fato, e o que é importante; ele não imagina que muitos de seus colegas estão incorrendo no mesmo uso estereotipado da língua, ou pensa que, fazendo assim, seu discurso terá aceitação completa.

Eagleton diz o seguinte: “O modelo de Althusser é muito monista, ignora as maneiras discrepantes e contraditórias de como os sujeitos podem ser ideologicamente abordados – parcialmente, inteiramente ou de maneira nenhuma – por discursos que não formam eles mesmo nenhuma unidade coesiva evidente.” (Eagleton, 1997 : 131) A esta citação resta-me perguntar: por que então o alto índice de tópicos frasais com clichês? Ora, não há nada de monista, nem há tanta discrepância na abordagem ideológica: pode haver sutilezas na abordagem, mas a sua essência continua a mesma, é o fato de haver uma convergência de discursos mesmo que por maneiras diferentes de interpelação. Caso contrário, não teríamos a reincidência dos ditos clichês num percentual tão elevado. Isso me leva a crer que, no mínimo, os sujeitos foram interpelados pelo mesmo AIE, com as mesmas características e reproduziram um discurso semelhante e que reflete uma mesma prática social.

Daí então entender que os sujeitos do nosso exemplo não demonstraram uma consciência de classe, nem uma

reificação propriamente dita, também não buscaram uma demonstração de hegemonia. Contudo, evidenciam que em suas mentes opera um sistema de pseudo-subjetividade mascarada pela intenção de mostrar um “eu”, o qual não existe por si só e que não é formado por si só.

Outros aspectos mais poderiam ser levantados, mas prefiro concluir neste momento defendendo a tese althusseriana de ideologia, não por ser a melhor, mas por se aplicar com maior objetividade aos problemas do discurso e da constituição do sujeito e sua transparência, ora opaca, ora clarevidente.

Referências Bibliográficas

- ALTHUSSER, L (1970) *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*. Lisboa: Presença.
- CHAUÍ, Marilena. (1980) *O que é ideologia*. 36. ed. São Paulo: Brasiliense.
- EAGLETON, Terry. (1997) *Ideologia – uma introdução*. São Paulo: Boitempo e UNESP.
- PECHEUX, Michel. (1996) O mecanismo do (des)conhecimento ideológico. In: ZIZEK, Slavoj. (org.) *Um mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto.

Notas

- ¹ O artigo foi publicado no segundo volume da revista *Wokings Papers*, intitulado *Atualmente, hoje em dia, no Brasil*.